



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150400 - RJ (2021/0219775-7)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ANTONIO HENRIQUE DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : FELIPE CHALFUN FLORENTINO - RJ128266  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANTONIO HENRIQUE DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0030697-67.2021.8.19.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática de tentativa de homicídio qualificado, crime previsto no art. 121, § 2º, inciso I e III, c/c o art. 14, inciso II, do Código Penal.

Sustenta que estaria sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que o decreto prisional não estaria devidamente fundamentado.

Afirma que não há nos autos elementos concretos que atestem que o recorrente ofereça perigo à ordem pública, à instrução penal ou para a aplicação da lei penal.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão preventiva.

No mérito, requer o provimento do recurso para seja reconhecida a ilegalidade da manutenção da prisão cautelar com o consequente relaxamento da prisão ilegal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. DELITO DE HOMÍCIDIO (ARTIGO 121, § 2º, INCISO I E III, COMBINADO COM O ARTIGO 14, INCISO II, DO CP) – 1º) SEGREGAÇÃO AMPARADA EM IDÔNEOS E CONCRETOS FUNDAMENTOS. DE FATO,

GRAVEMENTE ATENTA CONTRA A ORDEM PÚBLICA, CUJA PRESERVAÇÃO TAMBÉM ESTÁ AFETA AO PODER JUDICIÁRIO, O AGENTE QUE INICIA A EXECUÇÃO DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (MOTIVO TORPE E MEIO CRUEL). ADEMAIS, DEVE-SE ASSEGURAR LIVRE DEPOIMENTO JUDICIAL DA VÍTIMA E TESTEMUNHAS (CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL); 2º) NÃO SE IDENTIFICA OUTRA MEDIDA, DIVERSA DA CLAUSURA, MAIS ADEQUADA À HIPÓTESE VERTELENTE. HAVENDO MOTIVOS QUE DETERMINAM O ENCARCERAMENTO PREVENTIVO, A LIBERDADE PROVISÓRIA CONSTITUI PRETENSÃO INADMISSÍVEL (ARTIGO 321, DO CPP, A CONTRÁRIO SENSO). ENFIM, NÃO HÁ CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PORQUE DESPIDA DE VÍCIOS, AGASALHADA NO ARTIGO 312, DO CPP, REVELA-SE INCENSURÁVEL A DECISÃO GUERREADA. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente